

O “ESPAÇO PÚBLICO” E A OPINIÃO POLÍTICA NA MONARQUIA PORTUGUESA EM FINAIS DO ANTIGO REGIME: NOTAS PARA UMA REVISÃO DAS REVISÕES HISTORIOGRÁFICAS

NUNO GONÇALO MONTEIRO*

Convém principiar por fixar o âmbito e os limites desta intervenção. Não vou trazer dados novos sobre os Setembrizados, deportados do reino em 1810, nem apresentar os resultados de uma pesquisa específica. Os meus objectivos são, ao mesmo tempo, mais amplos e muito mais restritos. Tenho apenas a intenção de produzir um balanço crítico de alguns aspectos da historiografia dos últimos quarenta anos sobre o tema dos antecedentes do liberalismo em Portugal¹. Irei depois recuar um pouco mais, perscrutando uma historiografia mais remota; em sentido diverso, tentarei sondar o que se escreveu em outras paragens sobre o tema do espaço público antes do liberalismo, para, por fim, colocar algumas possíveis questões. Deixar um leque de perguntas, mais do que respostas, eis o que me proponho fazer. Seleccionando, evidentemente, o que parece mais relevante. Percorrer o que se disse sobre o tema é importante para se saber qual o estado da questão, evitando repetir com ares de novidade o que outros já disseram.

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

¹ Em certa medida, uma primeira aproximação ao tema em outro contexto pode ler-se em MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “L’historiographie de la révolution libérale au Portugal: perspectives recentes”, in *La recherche en histoire du Portugal*, Bulletin du Centre d’Études Portugaises, E.H.E.S.S., n.º 1, 1989, pp. 57-65; muitas coisas mudaram desde então, mas outras não.

1. Os legados historiográficos

Vou tomar como ponto de partida as reflexões publicadas há mais de quarenta anos por Albert Silbert de quem fui, de algum modo, discípulo. Numa primeira intervenção, editada em francês no ano de 1968 e cerca de uma década mais tarde num outro texto editado em Coimbra, Silbert partia de uma comparação com o caso espanhol para retirar uma conclusão inequívoca sobre a cronologia e as origens dos respectivos liberalismos: “enquanto que o espanhol se constituiu no momento da invasão francesa, o português não parece adquirir feição própria senão depois desta”². O seu balanço começa antes, reporta-se ao que era Portugal antes de 1807 e destaca que no reino, ao contrário do Brasil, era “vivo o contraste entre a vitalidade das Luzes (...) e as fracas consequências políticas dessas mesmas Luzes”³. Sem pretender resumir toda a sua argumentação, creio que a ideia mais forte é a de que “o liberalismo português é fraco no início das invasões francesas” (entenda-se o liberalismo político) embora admita em 1979, introduzindo uma nuance em relação ao que escrevera uma década antes, que “existiu, certamente no termo da época das Luzes, uma penetração nas elites portuguesas de um certo liberalismo político, mas não creio que tenha sido notável”⁴. Com efeito, para além da importância que atribui a uma alguma ilustração apesar de a reputar pouco politizada, Silbert chama a atenção para aquilo que ele designa como constitucionalismo histórico, e para o debate de Pascoal de Mello Freire com António Ribeiro dos Santos⁵, e ainda para a ideia do carácter pouco subversivo da maçonaria até 1807. Efectivamente, o que parece preocupá-lo é explicar porque não houve praticamente nada parecido com as reformas napoleónicas, nem, no campo contrário, com as Cortes de Cádiz. Por fim, penso que não será demais destacar que Silbert sugere que a Inglaterra teria protegido as vítimas da Setembrizada⁶, atacadas por uma mobilização contra-revolucionária que na sua opinião estaria nas origens do miguelismo.

² SILBERT, Albert, “Portugal perante a política francesa 1799-1814” (1968), reed. in *Do Portugal do Antigo Regime ao Portugal oitocentista*, Lisboa, Livros Horizonte, 1972; idem, “Les invasions Françaises et les origines du liberalisme au Portugal”, *Revista de História das Ideias*, vol. II, 1978-1979, p. 232 (tradução minha).

³ SILBERT, Albert, “Portugal...”, p. 48.

⁴ SILBERT, Albert, “Les invasions...”, pp. 234 e 237 (tradução minha).

⁵ Cf. o trabalho entretanto publicado de PEREIRA, José Esteves, *O pensamento político em Portugal no século XVIII: António Ribeiro dos Santos*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.

⁶ Cf. estudos recentes sobre o assunto de Fernando Dores COSTA, entre os quais, “Franceses e «jacobinos». Movimentações populares e medidas policiais”, *Ler História*, n.º 54, 2008, pp. 95-132.

Curiosamente, Silbert não citava um dos poucos e destacados trabalhos sobre o tema a que se reportava, até então em larga medida inédito e nunca publicado na íntegra: a dissertação de licenciatura de Luís Oliveira Ramos⁷, só depois e muito parcialmente publicada. De então para cá, não restam dúvidas de que muito foi publicado. É possível, desde logo, destacar alguns temas.

A Maçonaria

Aqui existem claramente duas contribuições muito contrapostas. Por um lado, o livro de Graça e J. S. da Silva Dias, publicado em 1980⁸. Como em outros casos, irei apenas realçar algumas das ideias mais relevantes. Em primeiro lugar, a ausência de fortes conotações políticas do maçonismo inicial, o tópico da sua reactivação em finais de setecentos e, em particular, o juízo sobre a fractura entre “afrancesados” e “inglesados” ao nível da elite política da monarquia, para retomar o seu próprio vocabulário. Em particular, destacam que o debate entre uns e outros “não foi uma versão ou momento do debate mais vasto e profundo entre absolutismo e liberalismo”, tal como sustentam que “não se detectam indícios que justifiquem sequer a hipótese de compromissos ocultos do francesismo com o pedreirismo (...) nada autoriza a suspeita de que António de Araújo (...) D. António de Noronha ou o Duque de Lafões tivessem contraído laços com a Sociedade ou amparado as suas estruturas ou os seus membros”⁹. Nas vésperas das invasões, dão como maçons, para além de casos óbvios, como os de José Liberato Freire de Carvalho ou Francisco Hipólito da Costa, os casos do 1º Marquês de Loulé, dos irmãos da casa dos Condes de Sampaio e do general Gomes Freire de Andrade, mas consideram menos seguros os fidalgos que alinharam na legião estrangeira e tiveram condenação depois (designadamente, 3º Marquês de Alorna, 5º Conde do Óbidos e 6º Conde de S. Miguel). Destacam que só um sector minoritário da nobreza aderiu ao “junotismo” e que a rebelião das províncias contra Junot foi largamente encabeçada por fidalgos provinciais. Conferem, no entanto, grande relevância à súplica apresentada em 1808 a Napoleão por um grupo de afrancesados, no qual se incluíam alguns destacados juristas, de “uma constituição e um rei constitucional, que seja príncipe de sangue da vossa família real (...) queremos uma constituição, na qual, à semelhança da de Varsóvia”, contrapondo-a à delegação fidalga de Baiona. Em síntese, consideram existir um sector de opinião liberal, mas não a identificam com a maçonaria (dizem que só metade dos detidos

⁷ Cf. RAMOS, Luís Oliveira, *Aspectos das correntes ideológicas em Portugal nos finais do século XVIII...*, dissertação de licenciatura, mimeo., 1961.

⁸ DIAS, Graça e DIAS, J. S. da Silva, *Os primórdios da maçonaria em Portugal*, 4 tomos, Coimbra, 1980.

⁹ Ob. cit., p. 450.

em Setembro de 1810 eram maçons¹⁰), e esforçam-se por explicar porque não houve “um processo político liberal” em Portugal, paralelo ao espanhol.

A *História da Maçonaria em Portugal*¹¹, volume 1, sub-intitulado significativamente *Das Origens ao Triunfo* e publicada em 1990 por Oliveira Marques, constitui como que uma refutação metódica de grande parte do que se dizia no livro anterior. Para o autor existia uma implícita assimilação entre maçonaria e pré-liberalismo, por um lado, e, por outro, quase todas as novas instituições reformistas criadas durante o período teriam uma inspiração maçónica e quase todos os agentes políticos minimamente esclarecidos, desde o 1º Marquês de Pombal ao 2º Duque de Lafões, e de D. Rodrigo de Sousa Coutinho a António de Araújo de Azevedo seriam maçons, pelo menos prováveis, embora sem se saber em que loja se teriam iniciado (os maçons são muitos mais do que no dicionário da maçonaria que publicara uns anos antes¹²). Enfim, pelo menos Diogo Inácio de Pina Manique não é identificado como tal... No ar fica a questão de se saber o que significava ser maçom naquele contexto, pois pressupõe-se na obra citada que uma vinculação maçónica representava mais do que a simples frequência de um espaço de sociabilidades, do tipo dos que adiante se referirão¹³, implicando um empenho ideológico definido.

Resistências populares e revolta anti-francesa

Na área particular das Resistências populares e revolta anti-francesa, destacaria sobretudo os artigos publicados respectivamente em 1979 e em 1985 por Vasco Pulido Valente e Ana Cristina Araújo¹⁴. Constituindo embora duas interpretações diversas, sendo o primeiro autor muito mais filiado em bibliografia internacional sobre movimentos populares, que usa para identificar com o cenário analisado, coincidem em sublinhar a dimensão contra-revolucionária que acaba por hegemonizar as movimentações anti-francesas. No entanto, a segunda autora sublinha mais os intentos liberais. Destacando que não teria existido em 1808 em Portugal, ao contrário de Espanha, “um modelo ideologi-

¹⁰ Ob. cit., p. 554.

¹¹ MARQUES, A. H. de Oliveira, *História da maçonaria em Portugal*, vol. I, *Das origens ao triunfo*, Lisboa, 1990.

¹² MARQUES, A. H. de Oliveira, *Dicionário de História da Maçonaria*, 2 vols., Lisboa, 1986.

¹³ Cf. o contexto recentemente analisado do Brasil em BARATA, Alexandre Mansur, *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência Do Brasil, 1790-1822*, Editora UFJF, 2006, onde se afirma que antes de 1808 os maçons eram quantitativamente “escassos” (p. 78).

¹⁴ VALENTE, Vasco Pulido, “O povo em armas: a revolta nacional de 1808-1809”, *Análise Social*, vol. XV (n.º57), 1979; e ARAÚJO, Ana Cristina, “Revoltas e ideologias em conflito durante as invasões francesas”, *Revista de História das Ideias*, n.º 7, 1985, pp. 7-90.

camamente magnético e mobilizador de um processo revolucionário”, reconhece que “de expressão numérica inferior, a facção liberal portuguesa pulverizou-se (...) em três grupos”¹⁵. A maioria (refere Fernandes Tomás, Silva Carvalho, Simões Margiochi, Borges Carneiro, Mouzinho da Silveira, João B. Rocha Loureiro, Agostinho José Freire, entre outros¹⁶) teria ficado silenciosa, enquanto outros teriam apoiado o solicitado projecto constitucional de 1808, ou outros as pretensões da ala militar da Junta do Porto do mesmo ano. Em todo o caso, para além da referida insistência nos “aspectos intrinsecamente conservadores subjacentes (à) (...) explosão patriótica”¹⁷, é importante destacar que a autora identifica já, nas vésperas de 1808, um segmento inequivocamente liberal na sociedade portuguesa, embora reconheça que a maior parte dos seus membros permaneceram na penumbra.

Antecedente remotos

A historiografia anterior também pensava assim? Na verdade, é um pouco difícil encontrar os referentes, até porque a investigação histórica sobre a época contemporânea foi redescoberta em Portugal nos anos 60 e se consolidou sobretudo depois de 1974¹⁸. Em todo o caso, poder-se-ia dizer que numa historiografia antiga, quando se procurava encontrar um antecedente do liberalismo, este ia-se identificar algumas vezes com o período Pombalino, com as reformas da Universidade e com a introdução do direito natural. Mas seria um antecedente remoto, não uma genealogia directa. Esse ponto de vista torna-se muito explícito na cultura intelectual republicana. O historiador republicano José Arriaga é emblemático a esse respeito, pois chega a falar da “revolução pombalina”¹⁹, situando a acção do 1º Marquês de Pombal como um directo antecedente de 1820. Também nas suas obras se pode encontrar uma precoce revalorização do movimento intelectual dos finais do século XVIII, sem dúvida nenhuma, situados pelo autor numa genealogia pré-liberal. Ou seja, tende a considerar-se, no terreno do movimento das ideias, que existe uma “origem” do liberalismo que vem de trás. Mas não se identificam actores políticos reconhecidamente liberais.

¹⁵ Ob. cit., pp. 61-62.

¹⁶ A autora não esclarece em que é que se baseia para supor que todos os nomes citados já eram liberais em 1808.

¹⁷ Ob. cit., p. 72.

¹⁸ Cf. MONTEIRO, cit.

¹⁹ Cf. ARRIAGA, José, *História da Revolução Portuguesa de 1820*, Porto, 1. Vol., 1886, pp. 177 e seg.

Perspectivas do Brasil

Nos anos 60 e 70, muito diversa seria a perspectiva prevalecente, tanto quanto se pode ajuizar, na historiografia brasileira, de acordo com ideias mais remotas, mas também com as contribuições da época. De resto, o que se buscava mais eram as origens do sentimento e da independência nacional, mais do que do liberalismo.

Retomando Fernando Novaes, desde meados do século XVIII que existiria uma crise estrutural do sistema colonial²⁰. Também ele valoriza o impacto político da revolução americana e depois a francesa, que teriam dado início a um processo que passaria pelas sedições de Minas e da Bahia e culminaria mais tarde em 1822.

Em paralelo, já então se destacava a vitalidade da ilustração no Brasil, embora destacando sobretudo a sua dimensão científica²¹, e sem que daí resultasse uma pulsão necessária para a independência. A investigação nos últimos anos reforçou esta última dimensão, ao mesmo tempo que relativizou drasticamente a precocidade da expressão do sentimento nacional²².

Do lado português, esses mesmos temas foram investigados um pouco mais tarde. Um referente fundamental é, sem discussão, a tese doutoral de Valentim Alexandre defendida em 1989 e publicada em 1993 com o título *Os Sentidos do Império. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Mas precisamente, o sentido geral deste trabalho essencial contraria claramente a ideia de crise do império ou da monarquia antes de 1808. O diagnóstico é claro: “longe de ocorrer a uma crise política interna (...) o reformismo de Sousa Coutinho — nesta fase do dobrar do século — responde sobretudo às pressões financeiras provocadas pela guerra (...) tudo nos conduz portanto a negar a realidade da alegada crise geral do império luso-brasileiro, nos anos que antecedem a ruptura do regime de pacto colonial (...) o aumento das tensões vem antes de ameaças externas, das perturbações que sacodem o sistema internacional: é para esse lado que teremos de olhar, se quisermos compreender os problemas que vão conduzir à desagregação do império, a partir de 1808”²³.

Ainda nesse mesmo contexto, é importante destacar os trabalhos sobre a Academia Real das Ciências de Lisboa e o pensamento económico setecentista,

²⁰ Cf. NOVAES, Fernando António, *Portugal e Brasil na Crise do antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, São Paulo, 1979.

²¹ DIAS, Maria Odila da Silva, “Aspectos da ilustração no Brasil” (1968), in *A interiorização da metrópole e outros estudos*, São Paulo, 2005.

²² Cf., entre muitos outros, JANCSÓ, Istvan (org.), *Independência: história e historiografia*, São Paulo, 2005.

²³ ALEXANDRE, Valentim, *Os Sentidos do Império. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*, Porto, 1993, p. 89.

cujas marcas de arranque é a dissertação de José Luís Cardoso²⁴, bem como a iniciativa da reedição das memórias da academia e de numerosos inéditos. Em todo o caso, deve-se sublinhar que o conjunto destes trabalhos não desemboca numa ideia de forte politização da ilustração do fim do século. Ou seja, o que se busca não são as origens do liberalismo político.

2. A emergência do “espaço público”

A estas contribuições, há que acrescentar aquelas em regra mais tardias que resultam da incorporação pela historiografia do conceito habermasiano de esfera pública, definitivamente incorporado nas últimas duas décadas. Retomando as conhecidas e discutidas ideias de Jürgen Habermas²⁵, o século XVIII seria caracterizável pelo crescimento do “espaço público”, entendido como uma esfera de circulação de ideias, de práticas de sociabilidade e de consumos de bens culturais relativamente autónomos em relação à corte e ao poder político das monarquias. Nos países do centro cultural da Europa, mesmo naqueles que não eram monarquias parlamentares à inglesa, caso da França e das Alemanhas (do Império e da Prússia), essa dimensão esteve presente e em crescimento ao longo do século. Por mais que chocasse com as lógicas, sob muitos aspectos ainda dinásticas, das respectivas monarquias, estas não puderam deixar de encarar essa nova realidade e os vários “despotismos ilustrados” acabaram por ser por ela condicionados.

O número de títulos inspirados por estas perspectivas conta-se aos milhares, sendo de destacar as várias sínteses europeias do tema dirigidas ou escritas por Tim Blanning²⁶. O conceito tem adquirido uma ampla difusão e múltiplas utilizações na historiografia internacional²⁷.

Diga-se, desde já, que esta prosperidade conceptual não se faz sem grandes impasses e direcções discrepantes. Ainda recentemente Fernando Bouza, um dos maiores conhecedores da cultura escrita ibérica quincentista e seiscentista, publicou um livro intitulado *Papeles y opinión. Políticas de publicación en el siglo de Oro*, no qual sustenta que “a lo largo del siglo XVII, sin embargo, se fue modi-

²⁴ CARDOSO, José Luís, *O Pensamento Económico em Portugal nos Finais do Século XVIII: 1780-1808*, Lisboa, 1989.

²⁵ Cf. HABERMAS, Jürgen (1963), *L'Espace Public. Archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*, Paris, Payot, 1978.

²⁶ BLANNING, Tim, *The Culture of Power and the power of Culture. Old Regime Europe 1660-1789*, Oxford, Oxford University Press; idem, *The pursuit of glory. Europe 1648-1815*, Pinguin, 2008.

²⁷ Cf., por exemplo, PICCATO, Pablo, “Public sphere in Latin America: a map of the historiography”, *Social History*, 35: 2, (2010), pp. 165-192, no qual se ignora o publicado em português...

ficando esta postura inicial (da monarquia (...)), para ir prestando una atención cada vez mayor a esa opinion común y no sólo a las opiniones de los *meliores terrae*”²⁸... E pode-se invocar Jorge Borges de Macedo, que muitas vezes insistiu no peso da “opinião pública” antes da época contemporânea²⁹.

Irei destacar, no entanto, apenas alguns trabalhos, que são, directa ou indirectamente, credores dessa fonte de inspiração habermasiana e reportam aos finais do século XVIII, embora se movam em sentido contrários.

Desde logo, a tese sobre sociabilidades em Lisboa defendida em 1995 por Maria Alexandre Lousada, bastante inovadora na metodologia e fontes. Detecta, sobretudo com base nos arquivos de polícia, uma mutação dos quadros de sociabilidade antes de 1808, mas acentua a sua limitada politização. E portanto não contraria os diagnósticos ante apresentados, antes os ratifica³⁰.

Outros estudos parecem encaminhados para despojar Portugal da sua excepcionalidade. Neste particular, destacarei algumas contribuições recentes que se movem em direcções opostas. De José Augusto dos Santos Alves³¹, o estudo sobre *A Opinião Pública em Portugal (1780-1820)*. Muito apoiado na correspondência da Intendência Geral da Polícia procura rastrear e identificar uma opinião pública crítica mesmo antes das invasões francesas. Ana Cristina Araújo, que num trabalho de 1990 tinha destacado as restrições pombalinas difusão das Luzes³², veio num trabalho ulterior sobre *A Cultura das Luzes em Portugal*³³ a fornecer uma contribuição fundamental para uma nova visão do assunto. Estamos de facto perante uma revisão da matéria. Identificando o papel incontornável da imprensa na emergência no espaço público das Luzes, destaca a sua abrupta interrupção durante o pombalismo com a supressão da Gazeta de Lisboa e a criação da Real Mesa Censória. Reconhece os altos custos da edição e as limitações impostas por uma população esmagadoramente iletrada, mas insinua que “a crise mental de finais do século, desencadeada pela difusão das Luzes e precipitada pela Revolução Francesa, instaura em termos práticos, as

²⁸ BOUSA, Fernando Bouza, *Papeles y opinión. Políticas de publicación en el siglo de Oro*, Madrid, CSIC, 2008, p. 43.

²⁹ MACEDO, Jorge Borges de, *História diplomática portuguesa. Constantes e linhas de força*, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, 1979.

³⁰ LOUSADA, Maria Alexandre, *Espaços de sociabilidade em Lisboa: finais do século XVIII a 1834*, dissertação de doutoramento apresentada à FLL, Lisboa, texto mimeografado, 1995.

³¹ ALVES, José Augusto dos Santos, *A Opinião Pública em Portugal (1780-1820)*, Lisboa, Univ. Autónoma de Lisboa, 2000.

³² ARAÚJO, Ana Cristina, “Modalidades de leitura das Luzes em Portugal no tempo de Pomba”, *Revista de História*, vol. X, 1990.

³³ *A Cultura das Luzes em Portugal. Temas e problemas*, Lisboa, 2003.

condições necessárias para o exercício de uma nova cultura política”³⁴, para uma politização da Luzes em Portugal.

Cinco anos mais tarde, irá ser ainda mais taxativa no artigo que publicou sobre a opinião pública no número da revista *Ler História* dedicado à História Conceptual no Mundo Luso-Brasileiro (1750-1850): “Em Portugal, por influência das Luzes europeias, a opinião pública, categoria organizadora do discurso de filósofos, publicistas e homens de letras, desponta na segunda metade do século XVIII, vindo a manifestar-se, plenamente, como instância deliberativa de alcance geral em inícios de oitocentos”³⁵.

Também Luís Carlos Villalta, em diversos estudos, e recentemente numa investigação sobre a leitura das Cartas Persas de Montesquieu em Portugal e no Brasil entre 1750 e 1802, baseado em fontes inquisitoriais, irá concluir que “todos estes elementos apontam para a existência de uma incipiente esfera pública, de um domínio localizado entre, por um lado, o poder público representado pelo Estado e pela Igreja (...) e, por outro lado, o universo do privado”³⁶.

Enfim, os últimos autores citados coincidem, portanto, em questionar a ausência de espaço público em Portugal no início do século XIX ou, por outras palavras, em afirmar a sua existência antes de 1807/1808.

3. A crítica: revisão das revisões

Começo com um preâmbulo e uma pergunta.

Haveria alguém mais reformista em Portugal antes de 1807 do que D. Rodrigo de Sousa Coutinho? De facto, um dos primeiros autores portugueses a usar a expressão “opinião pública” será o referido ministro, recentemente biografado e renovadamente estudado nas últimas duas décadas. D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812), cujos primeiros passos tinham sido protegidos por Pombal, e que, depois de passar pela diplomacia, foi sucessivamente Secretário de Estado da Marinha e Ultramar (1796), da Fazenda (1801-1803) e da Guerra e Negócios Estrangeiros (1808-1812) e promotor da casa Literária do Arco do Cego. Apesar de admitir formas de representação parlamentar de acordo com o modelo britânico, era um defensor, segundo as suas próprias palavras em 1789, do “despotismo

³⁴ Ob. cit., p. 103.

³⁵ “Opinião pública”, *Ler História*, n.º 55: *História Conceptual no Mundo Luso-Brasileiro (1750-1850)*, 2008, p. 125.

³⁶ VILLALTA, Luiz Carlos, “Montesquieu’s *Persian Letters* and Reading Practices in the luso-Brazilian World (1750-1802)”, in Gabriel Paquette (ed.), *Enlightened Reforms in Southern Europe and its Atlantic Colonies, c. 1750-1830*, Farnham-Burlington, Ashgate Publishing, 2009, p. 141 (tradução nossa).

esclarecido e submetido à opinião pública de certas grandes nações da Europa”³⁷. Apesar de propor receitas totalmente diversas, reivindicava a herança intervencionista de Pombal.

Ao contrário de boa parte dos pensadores da Academia das Ciências, D. Rodrigo questionou expressamente em muitos dos seus escritos a constituição fundiária do Antigo Regime, de acordo com uma inspiração que, no plano do direito civil e dos fundamentos económicos, é já claramente liberal. Exactamente aquilo que fez Junot hesitar na publicação do Código Civil. Considerando “que uma terra nunca será bem cultivada quando aquele que a possui não é o seu proprietário absoluto”³⁸ e preocupando-se com a rentabilidade dos capitais aplicados na agricultura, irá, desta forma, defender a abolição dos morgados, das capelas, da enfiteuse, e a desamortização de todos os bens das ordens religiosas, que receberiam em troca títulos da dívida pública; preocupado com a questão financeira e com a duplicação das tributações, defenderá (antecipando claramente o pensamento liberal e a legislação de 1832) a extinção dos dízimos, dos direitos senhoriais de foral (jugadas, quartos, etc.) e da décima (imposto pago ao Estado), substituídos por um imposto único, do qual seria remunerado apenas o clero considerado estritamente necessário; sustentava ainda, entre outras coisas, a supressão de todas as isenções tributárias do clero e da nobreza e dos privilégios jurisdicionais. As suas propostas em matéria financeira, de educação e criação de escolas especializadas, entre outras, são menos relevantes do que a sua concepção plástica da monarquia como um espaço pluricontinental, no qual Portugal não era “a melhor e mais essencial Parte”, pelo que restaria aos soberanos nas circunstância da guerra europeia “o irem criar um poderoso Império no Brasil, donde se volte a reconquistar o que se possa ter perdido na Europa”³⁹. Este projecto, com antecedentes próximos e remotos, acabaria por se concretizar em 1807 com a fuga da família real para o Brasil, evento com perenes consequências. Como a abertura dos portos do Brasil e o fim do exclusivo comercial ou o enorme elenco de promessas de reforma da carta de lei de 1810.

Mas, exactamente porque associado à abertura dos portos e à inspiração em Adam Smith, o liberalismo do futuro Conde de Linhares era visto como um liberalismo económico e não político. Se a medida foi justificada por D. Rodrigo com argumentos de nítido teor smithiano, foi essa mesma fonte de inspiração que o seu rival de sempre, António de Araújo de Azevedo veio denunciar, logo em

³⁷ Cit. SILVA, Andrée Mansuy-Diniz, *Portrait d'un homme d'État : D.Rodrigo de Sousa Coutinho, Comte de Linhares 1755-1812, I - Les années de formation*, Lisboa-Paris, 2002, p. 260.

³⁸ COUTINHO, D. Rodrigo de Souza, *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*, edição de André Mansuy-Diniz Silva, Lisboa, 1993, tomo I, p. 198.

³⁹ Valentim ALEXANDRE, *ob. cit.*, p. 132.

1808 e 1809: “qual é o governo que tem adoptado os princípios liberais de comércio expostos por aquele autor no seu livro intitulado *A Riqueza das Nações*? (...) Segundo o Conde de Linhares, de acordo com o sistema de Smith e Sismonde, nada importa tudo isto, porque dos princípios liberais sobreditos resultará o aumento dos capitais da nação e então se estabelecerá naturalmente a indústria que convém ao País”⁴⁰. Ou seja, antes da influência de Cádiz e de 1812, “os princípios liberais” são os do liberalismo económico da escola clássica do pensamento económico, não dos do liberalismo político. É afinal esse o novo sentido que o *Dicionário* de Moraes de 1813 recolhe para **Liberal**, § Livre, franco. “tanto que por nós lhe foi impedida esta *liberal navegação* (aos Mouros).”

O ciclo subsequente foi decididamente marcado pelo impacto, diferido no tempo, mas nem por isso menos decisivo, da Cortes de Cádiz em Espanha, e pela penetração, mais imediata e impossível de controlar pelos poderes instituídos, da imprensa portuguesa da emigração em Paris e, sobretudo, em Londres. Trata-se, a vários títulos, de um fenómeno radicalmente novo. Já antes se destacou que a atrofia da imprensa foi uma das marcas mais notórias da monarquia portuguesa na segunda metade de setecentos e uma das que mais limitou a constituição de um espaço público em moldes comparáveis aos de outras paragens. Só retrospectivamente e muitos anos mais tarde afirmará Simão da Luz Soriano que “foi a imprensa periódica ou jornalismo português em Londres quem (...) principiou a difundir entre nós (...) as ideias liberais”⁴¹. Esse é já outro contexto, pois.

Pode haver algum excesso no juízo. As biografias intelectuais de muitos dos políticos vintistas feitas nas últimas décadas sugerem que em Coimbra se socializaram em contacto com o direito natural moderno da Universidade pós pombalina e começaram um percurso que os iria conduzir ao liberalismo. Não é fácil dizer quando se deu a viragem. Mas em termos de uma opinião sustentada numa imprensa só se pode falar, de acordo com o meu parecer, da formação de uma opinião liberal alargada no mundo de língua portuguesa depois de 1808, porventura, depois do fim da guerra peninsular.

Em resumo, o argumento aqui formulado, em parte por oposição a outras interpretações, tem diversas implicações. Significa considerar que na formação de uma corrente de opinião liberal houve dimensões cumulativas, mas a ruptura (1807/8) imposta pelo contexto externo acabou por ter um peso decisivo. Na verdade, falar de esfera pública e de espaço público antes de 1808 implica que se

⁴⁰ Cit. CAPELA, José Viriato (estudos introdutórios), *Política, Administração, Economia e Finanças Públicas Portuguesas (1750-1820)*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 1993, pp. 174-181.

⁴¹ Cit. TENGARRINHA, José, *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*, Coimbra, Minerva-Coimbra, 2006, p. 81.

tente medir aquilo de que se está a falar, sob o risco de se cair numa abordagem totalmente arbitrária do tema. Ou seja, saber quantos e quais os livros e periódicos que existiram e que circulação efectiva tiveram nas bibliotecas de particulares. Implica também, naturalmente, que se procure debater qual a relação existente entre ilustração e liberalismo.

Importa não esquecer que as concepções do poder político que triunfaram durante o reinado de D. José chocavam-se, em muitos aspectos, com uma parte da doutrinação tradicional, sobretudo, em matéria religiosa e de ensino. As publicações e opiniões que a veiculavam foram, por isso, drasticamente restringidas e punidas. Contudo, os dispositivos de controlo criados por Pombal, dentro das condicionantes descritas, acabaram ao mesmo tempo por ter efeitos catastróficos sobre quase todos os requisitos necessários para a constituição de uma “esfera pública”. Desde 1762, quando se proibiu a publicação da *Gazeta de Lisboa*, que deixou de haver imprensa periódica em Portugal, facto que se manteve, com breves interrupções, até ao fim do reinado de D. José em 1777. Nessa altura, havia em França, onde desde meados do século o jornal clandestino jansenista tinha conseguido furar as restrições oficiais, cerca de sete dezenas de periódicos, alguns com uma circulação estimada em 20.000 leitores. Pela mesma altura, circulavam nas Alemanhas para cima de setecentos novos periódicos. Mesmo tendo em conta a desproporção da população, é impossível deixar de ponderar as implicações destes números. Apesar da ulterior situação, mesmo no quadro de uma certa divisão de poderes no centro político, a difusão da imprensa e do livro no reinado de D. Maria não deixou de ser marcada por múltiplas limitações...

É tentador estabelecer um paralelo com outros contextos, como os da América hispânica, onde a intervenção napoleónica precipitou os acontecimentos e a historiografia actual, contra uma tendência anterior, o tende a reconhecer. Mesmo em territórios onde existiram umas luzes crioulas setecentistas muito significativas, como o da futura Argentina⁴², não se pode deixar de reconhecer o peso desses factores exógenos. Citando estudos recentes, “la efectiva e masiva difusión de las nuevas ideas y la nueva sensibilidad parecen más ser un efecto de la crisis del orden colonial que una de sus causas”⁴³. No caso da República Argentina, só recentemente se abandonaram as velhas interpretações nacionalistas, “restableciendo el peso de los factores externos en el proceso revolucionario, la incertitude del momento y el valor del contingente, lo imprecindible, ante la hecatombe de la

⁴² CHIARAMONTE, José Carlos, *La Ilustración en el Río de la Plata. Cultura eclesiástica e cultura laica durante el Virreinato*, Buenos Aires, Editorial Sudamerica, 2007.

⁴³ FRADKIN, Raul e CARAVGLIA, Juan C., *La Argentina colonial. El Río de la Plata entre los siglos XVI y XIX*, Buenos Aires, Siglo XXI, 2009, p. 198.

monarquía hispánica⁷⁴. Enfim, é certo que em cenários diversos, mas se antes se apontou uma tendência para antecipar a emergência de uma opinião politizada, agora detectou-se uma opinião exactamente contrária.

Muito haverá para investigar. A ideia que aqui se procurou defender é que uma significativa e numerosa corrente de opinião liberal em Portugal só se poderá detectar depois de 1808. Alargando-se e polarizando-se nos anos vinte, sem dúvida.

⁴⁴ GELMAN, Jorge, *Argentina, tomo 1 – 1808-1830. Crisis imperial e independencia*, Madrid, MAPFRE, 2010, p. 29.